



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 030

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 19 DE ABRIL DE 2005

ANO XXX

### Mesa Executiva

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PP

**ELIO RUSCH**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo .....	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição .....	Valdir Rossoni
PTB .....	Carlos Simões
PFL .....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Ademar Traiano
PMDB .....	Antonio Anibelli
PP .....	Cida Borghetti
PT .....	Tadeu Veneri
PDT .....	Barbosa Neto
PSL .....	Luiz Carlos Martins
PL .....	Mauro Moraes
PPS .....	Waldir Leite

### Representação Partidária

**PMDB** - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PTB** - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PSL** - 01: Luiz Carlos Martins.

**SUMÁRIO**

<b>030ª SESSÃO ORDINÁRIA .....</b>	<b>02</b>
<b>Lista de presenças.....</b>	<b>02</b>
<b>Expediente:</b>	
Requerimentos .....	02
<b>Ordem do Dia:</b>	
Discussão/Votação .....	03
Redação Final.....	03
2ª Discussão .....	04
1ª Discussão .....	06
Discussão Única.....	09
<b>Ordem do dia da próxima Sessão .....</b>	<b>09</b>
<b>Publicações:</b>	
Atas de Comissões .....	09
Comissão de Tomada de	
Contas.....	09
Comissão de Redação .....	10

**030ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 030ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
19 DE ABRIL DE 2005**

*(terça-feira)*

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão,  
secretariada pelos Srs. Deputados José Maria Ferreira e  
Alexandre Curi.

**Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da

Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni (46). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Elio Rusch, Ângelo Vanhoni, Carlos Simões, Chico Noroeste, Luciana Rafagnin, Miltinho Pupio, Nelson Justus e Waldir Leite (08)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO ORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**Expediente:****Requerimentos:****REQUERIMENTO Nº 988**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER que seja retirado da pauta da Ordem do Dia de hoje, o Projeto de Lei nº 292/2004, por cinco Sessões.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

**REQUERIMENTO Nº 989**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que seja retirado da pauta da Ordem do Dia de hoje, o Projeto de Lei nº 008/2005 - proibição da venda de bebidas alcoólicas em bares, restaurantes e lanchonetes, por dez Sessões.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pelo acordo de Lideranças não haverá Pequeno, nem Grande Expedientes e nem Horário de Lideranças.

## ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)  
Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 46 Srs. Deputados.

## ***Discussão / Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***Redação Final***

#### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 032/2005, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que declara de Utilidade Pública a Associação Mourãoense de Portadores de Deficiências Físicas de Campo Mourão. **Aprovado. (Publ. no DA nº 002/2005, de 21/02/2005).**

#### **ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 033/2005, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Visuais de Campo Mourão - ADEVICAMPO, com sede e foro na Cidade e Comarca de Campo Mourão. **Aprovado. (Publ. no DA nº 002/2005, de 21/02/2005)**

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de invocar aqui o artigo 143 do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, que diz que nenhum projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo poderá ser discutido sem que tenha sido incluído na Ordem do Dia com pelo menos 24 horas antes.

Aqui estamos vendo a incongruência, porque está no item 3 e no item 4 da Sessão de hoje dois projetos que estavam inclusos na última Sessão Ordinária que acabamos de encerrar aqui, nos itens 10 e 11.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou verificar o Regimento Interno. Há um dispositivo que permite, quando é antecipada a Sessão, não ter a necessidade de 24 horas.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Consulto V. Exa. se há algum requerimento pedindo essa quebra de interstício.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Barbosa Neto, artigo 174 (lê artigos 174 e 175).

Não vejo, então, qualquer impedimento para deixarmos. Inclusive, sobre o item 3 há uma emenda, e ele sairá da pauta. Acho que é um projeto de sumo interesse para a coletividade paranaense.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Sr. Presidente, no mesmo artigo invocado por V. Exa., diz que: “entre cada votação e a discussão seguinte de um mesmo projeto haverá interstício de 24 horas”.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mas quando há pelo Plenário a aprovação de um requerimento...

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Mas não houve requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Lógico que houve, senão não estaríamos aqui fazendo Sessão. Essa Sessão seria amanhã. Se V. Exa. quiser que nós façamos a Sessão amanhã, suspendo esta e faremos amanhã. Para mim não há problema nenhum estarmos aqui amanhã à tarde. Com o maior prazer ficarei aqui.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Conversei com o Deputado Barbosa, brilhante Deputado e combativo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sem dúvida nenhuma, temos um respeito enorme pelo Deputado Barbosa Neto.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Na verdade, queremos colocar uma situação. O Deputado Barbosa e eu estamos aqui, queremos ressaltar, Sr. Presidente, quando tratamos a questão com o Deputado Dobrandino. Há um perfeito entendimento e um respeito mútuo entre as partes.

Agora, o que não queremos com o Deputado Barbosa e por esta razão invocamos o Regimento é...

Nós invocamos o Regimento para dar uma demonstração de insatisfação quando somos agredidos verbalmente.

Então, Deputado Dobrandino, quando V. Exa. quiser um entendimento com a Oposição, quero dizer, em nome da Oposição, V. Exa. tem toda a autoridade e o respeito da Oposição. O que não queremos é ser vilipendiados, desrespeitados. Nós perdemos, aqui, o bom combate, mas respeitamos o Governo.

Deputado Dobrandino, V. Exa. está exercendo a Liderança do Governo com brilhantismo e competência. Reconhecemos publicamente em frente às câmeras de televisão.

Deixamos aqui apenas registrado o posicionamento dos Deputados de Oposição: queremos ser respeitados, respeitados da forma como o Deputado

Dobrandino tem nos respeitado. Esse é o posicionamento. Abrimos mão da questão regimental e estamos aqui para travar o bom combate, e belo debate, porque isso enriquece. Certamente o projeto que hoje foi aprovado pelo Governo, muitos Parlamentares tiveram perfeito entendimento, até porque foi enriquecido pelo debate.

Deputado Dobrandino, a Oposição continua de plantão para entendimentos futuros, porque V. Exa. merece todo o nosso respeito e os Srs. Parlamentares estão entendendo o que este Parlamentar está dizendo, em nome da Oposição.

Muito obrigado.

#### O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Entendo perfeitamente o papel da Oposição; sempre disse e é importante no regime democrático. V. Exa. tem todo o direito e respeitamos de forma democrática. Jamais vamos ignorar o juramento de V. Exa. É contrário às nossas idéias. Isto é um Parlamento e é para isso. Enquanto eu estiver na Liderança e fora dela, tratarei os Deputados da Oposição com o respeito que lhes é de direito.

Poderá contar com o nosso respeito e entendemos que a Oposição é importante. Quando faz o seu pronunciamento, tem as críticas construtivas e é bom para o bom andamento do governo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

## **2ª Discussão**

### **ITEM 03**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 040/2005, de autoria dos Deputados Natálio Stica e Hermas Brandão, que dispõe sobre a cassação da inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS, do estabelecimento que comercializar, na forma específica, combustíveis em desacordo com o órgão regulador competente (combustível adulterado), conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CAIC. COM EMENDA DA CF.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva de Plenário de nº 01, de autoria dos Deputados Natálio Stica, Hermas Brandão, Elton Carlos Welter, André Vargas e Dobrandino da Silva, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

#### EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 040/2005

Art. 1º A concessão de inscrição no CAD/ICMS para a atividade econômica de importação ou distribuição, inclusive transportador-revendedor-retalhista - TRR, de combustíveis automotivos derivados ou não de petró-

leo, além de observadas as demais disposições regulamentares, ficará condicionada à comprovação:

I - do preenchimento dos requisitos determinados pela Agência Nacional do Petróleo - ANP, para a atividade em que se enquadrar o contribuinte;

II - da integralização do capital social;

III - da capacidade financeira dos integrantes e dos representantes legais, mediante a apresentação de cópia da declaração do imposto de renda dos últimos três anos e respectivos recibos de entrega;

IV - da propriedade do imóvel onde se encontra localizado o estabelecimento, ou do contrato de locação, com firma reconhecida;

V - da autorização de operação em instalações próprias, ou contratos de cessão ou locação de espaço em instalações de terceiros autorizadas na ANP, devidamente registrados em cartório;

VI - da regularidade fiscal perante os fiscos estaduais e federal da empresa, matriz e filiais;

VII - das atividades exercidas pelos integrantes e representantes legais da empresa nos últimos 24 meses, mediante apresentação, além de outros documentos, da Carteira de Trabalho e Previdência Social, do contrato de autônomo ou do contrato social em que figure como sócio-gerente.

Parágrafo Único. As exigências deste artigo também deverão ser atendidas na comunicação de alteração de qualquer atividade para aquelas previstas neste dispositivo e na alteração do quadro societário.

Art. 2º A inscrição não será concedida se verificado, mediante consulta ao Ministério Público, que qualquer um dos integrantes ou responsáveis legais da empresa tenha sido condenado por crime contra a ordem tributária, ou se participar de empresa que possua débitos inscritos em dívida ativa, sem que a exigibilidade esteja suspensa, em valor superior ao seu capital social.

Parágrafo Único. A disposição contida no *caput* não se aplica à hipótese em que ficar comprovada a quitação dos débitos que deram causa à condenação.

Art. 3º Será cancelada a inscrição do estabelecimento que adquirir, distribuir, transportar, estocar ou revender derivados de petróleo, gás natural e suas frações recuperáveis, álcool etílico hidratado carburante e demais combustíveis líquidos carburantes, em desconformidade com as especificações estabelecidas pelo órgão regulador competente.

Parágrafo Único. A desconformidade deverá ser comprovada por meio de laudo elaborado pela ANP ou por entidade por ela credenciada ou com ela conveniada.

Art. 4º Acarretará, ainda, o cancelamento da inscrição no CAD/ICMS:

I - o cancelamento ou a suspensão do registro ou da autorização para o exercício da atividade do estabelecimento pela ANP;

II - a existência de débitos inscritos em dívida ativa, sem exigibilidade suspensa, em valor superior ao capital social;

III - a certificação do rompimento do lacre fixado em bombas de combustível para fins de controle fiscal em desconformidade com a legislação tributária, ou da ocorrência de fraude no totalizador de volumes da bomba de combustível;

IV - a apreensão de notas fiscais que estejam sendo utilizadas em local diverso do estabelecimento, sem autorização da Coordenação da Receita do Estado.

Art. 5º O cancelamento da inscrição no CAD/ICMS inabilita o estabelecimento à prática de operações relativas à circulação de mercadorias e de prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e implicará:

I - no cancelamento da inscrição no CAD/ICMS dos demais estabelecimentos da empresa;

II - quanto aos integrantes ou representantes legais do estabelecimento penalizado:

a) no impedimento de exercerem o mesmo ramo de atividade, ainda que como administradores;

b) na proibição de concessão da inscrição no CAD/ICMS para nova empresa, no mesmo ramo de atividade.

§ 1º Para efeitos desta lei, consideram-se, também, representantes legais da empresa o preposto ou mandatário, ainda que temporariamente ou a qualquer título.

§ 2º Consideram-se também representantes legais sócios, pessoas físicas ou jurídicas, em comum ou separadamente, do estabelecimento penalizado.

§ 3º As restrições previstas neste artigo prevalecerão pelo prazo de cinco anos contados da data do cancelamento, nas situações do artigo 3º.

Art. 6º Será obrigatória a afixação, no estabelecimento revendedor, de placa identificatória da empresa distribuidora de combustível, Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, em local de fácil visibilidade, assim como do agente fiscalizador responsável pela averiguação da qualidade do combustível comercializado.

Art. 7º As disposições desta lei aplicar-se-ão aos supermercados e afins que tenham como atividade adicional a revenda de combustíveis e demais derivados de petróleo, conforme definida na legislação federal.

Art. 8º O Poder Executivo divulgará através do Diário do Estado do Paraná a relação dos estabelecimentos comerciais penalizados com base no disposto nesta lei, fazendo constar os respectivos CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa jurídica e endereço de funcionamento.

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de sessenta dias, observando, nas hipó-

teses de cancelamento, o atendimento ao princípio do contraditório e da ampla defesa.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(aa) NATÁLIO STICA, HERMAS BRANDÃO, ELTON CARLOS WELTER, ANDRÉ VARGAS e DOBRANDINO DA SILVA.

JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda Substitutiva de Plenário ao Projeto de Lei nº 40/2005, que acolhe sugestões dos Deputados Estaduais Hermas Brandão, Natálio Stica, Elton Carlos Welter e André Vargas, pretende, além de regular o cancelamento da inscrição estadual das empresas nas situações que especifica, disciplinar a concessão das inscrições estaduais aos estabelecimentos do ramo, com o intuito de evitar fraudes e prejuízos a terceiros e ao Estado.

Transpondo para o texto legal as mesmas exigências que a Agência Nacional do Petróleo - ANP, estabelece em sua legislação, pretende-se confirmar o cumprimento destes requisitos, em especial quanto à demonstração da integralização do capital social, que garantirá futuros débitos da empresa, e à capacidade financeira dos sócios, uma vez que é princípio básico para a formação de uma sociedade empresarial que os sócios deem contribuições que formarão o patrimônio inicial desta. Verifica-se, na prática, que algumas empresas são constituídas sem as devidas precauções, não tendo como suportar prejuízos causados a terceiros ou outros débitos, fiscais ou não.

Ainda que o Estado disponha dos mecanismos da Lei de Execuções Fiscais, Lei nº 6830/80, têm-se situações em que o valor destes débitos é tão significante que jamais serão solvidos.

Sendo expressiva a carga tributária incidente sobre os combustíveis, a continuidade destas empresas no mercado, exercitando práticas tendentes a suprimir tributos, implica em concorrência desleal e predatória, com a conivência do Estado.

Com tal substitutivo objetiva-se, ainda, evitar a prática usual de constituição de sociedades empresariais onde os verdadeiros proprietários permanecem ocultos, constando, no contrato social, interpostas pessoas, os chamados "sócios laranjas".

**O projeto retorna à CCJ.**

#### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 109/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública o Lions Clube de Nova Aurora, com sede e foro no Município de Nova Aurora. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.

## 1ª Discussão

### ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 292/2004, de autoria do Deputado André Vargas, que permite a transferência de crédito do ICMS à título de pagamento aos avicultores rurais e aos seus respectivos estabelecimentos rurais para aquisição de maquinários, implementos agrícolas, instalações, caminhões, insumos, pintainhos e materiais de embalagens, utilizados na cadeia produtiva. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. (Publ. no DA nº 069/2004, de 11/08/2004).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 292/2004

#### P A R E C E R :

##### Histórico

O Projeto de Lei nº 292/2004, de autoria do Deputado André Vargas, permite a transferência de crédito do ICMS, a título de pagamento aos avicultores rurais e aos seus respectivos estabelecimentos rurais para aquisição de maquinários, implementos agrícolas, instalações, caminhões, insumos, pintainhos e matérias de embalagens, utilizados na cadeia produtiva.

##### Fundamentação

O projeto não apresenta óbices de natureza legal e constitucional.

Esta Casa de Leis tem competência para legislar sobre a matéria conforme o artigo 24 da Constituição Federal:

“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico”.

A proposição não apresenta óbices de natureza legal e constitucional, devendo seu mérito ser discutido por esta Casa de Leis.

##### Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 09.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 292/2004

#### P A R E C E R :

“À Comissão de Finanças compete manifestar-se sobre todas as proposições, inclusive de outras Comissões, que concorram para aumentar ou diminuir despesa pública; sobre atividades financeiras do Estado; matéria tributária; empréstimos públicos; fixar, em cada Legislação, para ter vigência na subsequente, a remuneração dos Deputados; fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Governador, Vice-Governador do Estado e

Secretários de Estado; e submeter previamente à Comissão de Fiscalização os processos referentes à Lei nº 8358, de 5 de novembro de 1986”.

O projeto em tela permite a utilização de créditos tributários para aquisição dos itens previstos na súmula e repetidos no artigo 1º do projeto de lei.

A proposição, em seu artigo 3º, define insumos e instalações.

O artigo 4º autoriza a transferência de até 100% do crédito das aquisições.

Para se beneficiar do crédito das aquisições, os produtores rurais deverão recolher, do montante a ser transferido, 4% para a Secretaria Municipal da Educação do Município onde está sediado o produtor rural e 2% para a Associação Paranaense de Avicultura ou outra que vier a sucedê-la.

Os equipamentos adquiridos pelo produtor rural deverão ser mantidos em sua posse, no mínimo, por um ano, para que usufrua dos benefícios das disposições do projeto de lei.

A CCJ manifestou-se pela tramitação regimental, pois presentes ou requisitos materiais e formais de admissibilidade.

É no mesmo sentido o parecer desta Comissão desde que oficiado ao autor para que apresente planilhas detalhadas do impacto financeiro e benefícios da medida.

O parecer é favorável à tramitação da proposição, pois presentes os requisitos formais e legais no tocante à competência desta Comissão, reservando-se no direito de discutir o mérito em Plenário.

Sala das Sessões, em 06.04.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
TADEU VENERI - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 988, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões, do Projeto de Lei nº 292/2004.

### ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 008/2005, de autoria do Deputado Ailton Araújo, que proíbe a venda de bebidas alcoólicas em bares, restaurantes e lanchonetes. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. PARECER CONTRÁRIO DA CAICTM. (Publ. no DA nº 001/2005, de 16/02/2005).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 008/2005

#### P A R E C E R :

##### Do projeto de lei

De autoria do Deputado Ailton Araújo, o Projeto de Lei nº 008/2005, pretende vedar a venda de bebidas alcoólicas nos bares, restaurantes e lanchonetes após as

23h00, no Estado do Paraná. Em sua justificativa o autor afirma ser “grande a incidência de criminalidade após as 23h00, devido à ingestão de bebidas alcoólicas”. Assevera ainda que: “localidades em que medidas semelhantes foram adotadas, os índices de criminalidade reduziram de forma considerável”.

#### **Do parecer**

É certo que os principais danos sociais usados para justificar o controle do consumo de álcool são os índices de crimes, doenças e acidentes relacionados ao consumo exagerado. Estimativas da Secretaria Nacional Antidrogas apontam que em cerca de 80% dos registros de homicídio, violência doméstica e acidentes de trânsito há a participação do componente álcool.

Estudos realizados pela OMS em 2002 indica que 5,6% de todas as mortes de homens ocorridas no planeta e 0,6% de mulheres são atribuídas ao consumo de álcool. No Brasil, estudo dos psiquiatras Ronaldo Laranjeira e Nino Meloni, da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), revelam que mais de 10% de toda a mortalidade ocorrida no País é consequência do consumo excessivo de álcool. O alcoolismo é hoje o principal problema de saúde pública no Brasil. Temos a metade dos problemas resultantes de drogas que têm os EUA, por exemplo, mas o dobro dos problemas provocados por álcool, segundo afirmação do professor Ronaldo Laranjeira.

Entretanto, deve-se observar que a questão ora abordada - possibilidade de edição de lei estadual restringindo o horário de bares para venda de bebidas alcoólicas - encontra-se dentro do chamado poder de polícia administrativa, que, conforme leciona Hely Lopes Meirelles, consiste na “faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado” (Hely Lopes Meirelles, *Direito Administrativo Brasileiro*, Ed. Revista dos Tribunais, 16ª edição, p. 110). Este conceito doutrinário há muito foi positivado na legislação brasileira. De fato, o Código Tributário Nacional, em texto amplo e explicativo, dispõe: “Art. 78. Considera-se poder de polícia a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.”

A matéria ora tratada - restrição de abertura de bares para venda de bebidas alcoólicas - situa-se dentre aquelas cuja competência, em razão do simultâneo interesse, pode ser exercida concorrentemente entre as unidades da federação. De fato, como assinala José Afonso da Silva, “há, contudo, uma repartição de competências nessa matéria (organização da segurança pública) entre a União e os Estados, de tal sorte que o princípio que rege é

o de que o problema da segurança pública é de competência e responsabilidade de cada unidade da Federação, tendo em vista as peculiaridades regionais e o fortalecimento do princípio federativo, como, aliás, é da tradição do sistema brasileiro” (*in* Curso de Direito Constitucional Positivo, 9ª ed., 1994, Malheiros Editores). Em consonância com a supracitada lição doutrinária, dispõe o artigo 144 da Constituição Federal:

“Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:.....

Desta forma, indiscutível a possibilidade de regulamentação da questão mediante a edição de lei estadual. Ressalte-se, ainda, que não se pode enquadrar o tema em discussão como de “predominante interesse local”, razão pela qual, não há qualquer invasão da esfera de competência legislativa privativa dos Municípios (art. 30. I, da CF/88).

É que, em matéria de competência legislativa, rege o princípio da predominância do interesse, sendo da União o tratamento de questões nas quais predominam o interesse nacional e da generalidade dos cidadãos, dos Estados o tratamento das matérias relativas a interesses essencialmente regionais e por fim aos Municípios competem os assuntos de interesse predominantemente locais. Confira-se, a respeito, a lição de José Afonso da Silva e Hely Lopes Meirelles, *in verbis*:

“O princípio geral que norteia a repartição de competência entre as entidades componentes do Estado Federal é o da predominância do interesse, segundo o qual à União caberão aquelas matérias e questões de predominante interesse geral, nacional, ao passo que aos Estados tocarão as matérias e assuntos de predominante interesse regional, e aos Municípios conhecerem os assuntos de interesse local, tendo a Constituição vigente desprezado o velho conceito do peculiar interesse local que não lograra conceituação satisfatória num século de vigência.” (José Afonso da Silva, *Curso de Direito Constitucional positivo*, 9ª ed., São Paulo. Malheiros, 1993, p.418) “O interesse local caracteriza-se pela predominância (e não pela exclusividade) do interesse para o Município, em relação ao do Estado ao da União. Isso porque não há assunto municipal que não seja reflexamente de interesse estadual e nacional. A diferença é apenas de grau e não de substância”. (Hely Lopes Meirelles, *Direito de Construir*, 6ª ed., Malheiros, 1993, p. 120).

Portanto, se o interesse ultrapassar os limites do Município, afastada estará sua competência privativa, legitimando-se, assim, a edição de normas estaduais e federais sobre a questão, conforme estejam em jogo, respectivamente, necessidades regionais ou nacionais.

Se é certo que a atividade econômica é assegurada a todos independentemente de autorização dos órgãos públicos salvo os casos previstos em lei, não menos correto é que tal atuação não escape ao crivo fiscalizador e

normativo do Estado. É como têm decidido os Tribunais (MS nº 2002.00.2.0039261. rel. Des. Jerônimo de Souza, TJDF; ainda Ap-TJDF 2002.01.1.011054-2)

#### Do Voto

No âmbito exclusivo desta Comissão, isto é, da constitucionalidade e legalidade da matéria, somos pela acolhida, proferindo voto favorável, restando à Comissão de Mérito a análise de seu alcance sócio-cultural e econômico, entre outros.

Sala das Comissões, em 05.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E DO MERCOSUL PROJETO DE LEI Nº 008/2005

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ailton Araújo, tem por objetivo proibir a venda de bebidas alcoólicas em bares, restaurantes e lanchonetes.

Tal proposição mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Esta Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do Mercosul, decidiu-se pela rejeição.

Pelo exposto, nosso parecer é contrário, opinando-se pela sua rejeição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.04.2005.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente

LUIZ NISHIMORI - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 989, de autoria do deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei nº 008/2005.

O item 7º em entendimento com o autor e com a Liderança do Governo, foi retirado anteriormente.

#### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 052/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 02/2005, que objetiva atribuir crédito presumido de 5% sobre o valor das saídas do leite UHT, acondicionado em embalagem longa vida. ICMS. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 007/2005, de 01/03/2005).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 052/2005

#### P A R E C E R :

#### Relatório

O Poder Executivo apresenta o Projeto de Lei nº 052, de 2005, objetivando atribuir crédito presumido de

5%, sobre o valor das saídas ao leite UHT, acondicionado em embalagem longa vida.

Pragmaticamente pretende proteger o produto paranaense que estaria perdendo espaço no mercado interno para companhias de outros Estados.

Segundo a Constituição Federal:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

II - disponham sobre:

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoa de administração dos territórios.

Em respeito ao Pacto Federativo, conforme hermenêutica do STF, o Estado-membro deve adotar o modelo federal no que diz respeito ao processo de elaboração legislativa.

Portanto, considerando que em matéria tributária a iniciativa é privativa do Chefe do Executivo, nada há a opor-se no âmbito desta Comissão.

Apesar do artigo 19 da Constituição vedar expressamente a criação de *distinções entre brasileiros da preferência entre si*, o combate à já consolidada guerra fiscal entre os Estados da União, depende de um grande esforço **conjunto** de todos os Governadores.

É interessante notar, porque paradoxal, que o movimento de descentralização tributária que inspira o modelo de 1998, em prol do PACTO FEDERATIVO, acabou por gerar o **conflito federativo** nefasto, popularmente chamado “guerra fiscal”. Ou seja, o fortalecimento da competência tributária estadual, através de que buscou-se ganhar o PACTO entre União, Estados e Municípios, criou um inesperado efeito colateral de competitividade entre os Estado, em prejuízo da própria Federação.

A ênfase na concessão de benefícios fiscais via renúncia ICMS tem minimizado ARTIFICIALMENTE a importância de características locais para a localização de projetos como por exemplo as economias de aglomeração, qualidade de mão-de-obra, infra-estrutura local, vocação industrial, etc. Há que se questionar até que ponto a renúncia fiscal beneficiaria a sociedade e o desenvolvimento do Estado, em detrimento de outras atividades que certamente trariam também, empregos e arrecadação de tributos, com um maior fortalecimento das empresas?

Não se esqueça que, do outro lado, há empresas familiares no Estado que muitas vezes podem depender de um crédito como esse para a continuidade de suas atividades tradicionais.



De todo modo, não compete a esta Comissão o exame de mérito da proposição, que é afinal, formalmente perfeita.

Pelo exposto, VOTO pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição, para que ocorra a tramitação do devido processo legiferante nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 02.04.2005

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

## ***Discussão Única***

### **ITEM 09**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 009/2005, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que propõe a inclusão do Curso de Teologia nas Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná. **Aprovada. (Publ. no DA. nº 026/2005, de 13/04/2005).**

### **ITEM 10**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 010/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que propõe a pavimentação asfáltica do trecho da estrada que vai do Município de Ivaiporã ao Distrito de Jacutinga. **Aprovada. (Publ. no DA. nº 026/2005, de 13/04/2005).**

O SR. NATÁLIO STICA (PT) (**Pela Ordem**)

Surgiu uma dúvida, aqui, agora. Eu gostaria de um esclarecimento do item três. Nós votamos o Substitutivo?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Foi apresentada a Emenda aqui hoje, nobre Deputado e está voltando para CCJ.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

E o Substitutivo que nós votamos? Foi do item quatro?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não votamos o projeto.

Nós votamos o Substitutivo do Projeto do Nereu Moura.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, antes de encerrar a Sessão, eu gostaria de agradecer os Srs. Deputados; muitos tinham saído, nos seus compromissos e, nós fizemos um apelo e voltaram à Casa.

Agradeço todos, inclusive aos Deputados da Oposição. Democracia é isso, eu quero agradecer ao Deputado Valdir Rossoni, em nome da Bancada da Situação. Obrigado, pela presença e pelo combate. Os Deputados, independente de votar contra ou a favor, estiveram na Casa; nós agradecemos a todos pela compreensão que tiveram.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Tem os requerimentos que ficamos de votar, mas todos os Deputados estão se afastando do Plenário; nós não teríamos condições de votá-los.

Eu consulto a Liderança do Governo e da Oposição se deixaria para votar na segunda-feira?

O SR. DOBRANDINO (PMDB)

Da nossa parte, deixamos para segunda-feira.

## ***Ordem do Dia da Próxima Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No entendimento de V. Exa. e do Deputado Valdir Rossoni, então ficará para segunda-feira.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 25 à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia:

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 723/2003.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de lei nºs 046 e 101/2005.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 485/2004 e 109/2005.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 052/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 337 e 464/2004; 043, 132, 133, 152 e 166/2005; e do Projeto de Resolução nº 007/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 011/2005.

Levanta-se a Sessão.

## ***Publicações:***

## ***Atas de Comissões***

### ***Comissão de Tomada de Contas***

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de abril de dois mil e cinco, às dez horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Con-

tas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para sua 2ª Reunião Ordinária, com a presença dos Srs. Deputados-membros da Comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte Pauta: Proposição nº 86/2004, 036/2005 e 37/2005. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari, abriu a reunião passando a palavra ao Sr. Deputado Antonio Anibelli, relator da Proposição nº 36/2005, relativa à prestação de contas do Governo do Estado do Paraná e Tribunal de Contas, exercício de 2003. Após análise do Balanço Consolidado e Relatório de Execução Física do Orçamento Programa do Estado, constatou que os mesmos encontram-se corretos no que se refere à respectiva prestação de contas, acatando resolução nº 3918/2004 e o parecer 4213/2004- DATJ exarados pelo douto Tribunal de Contas, deliberando pela aprovação das mesmas, dando parecer favorável. Relatou também, a Proposição nº 36/2005, que trata da prestação de contas da verba de ressarcimento dos Srs. Deputados, conforme Resolução nº 003/2004, em seu artigo 14, referente ao mês de março de 2005. Analisada a matéria opinou pela aprovação da Proposição, já que se encontra dentro das normas de sua regulamentação, no que foi acompanhado pelos Srs. Deputados presentes. Dando continuidade, o Sr. Presidente cedeu a palavra ao Sr. Deputado Plauto Miró, relator da Proposição nº 86/2004, que presta contas do Governo do Estado do Paraná e do Tribunal de Contas, exercício financeiro de 2002. Considerando as análises expendidas, conclui o relator que as contas, sob os aspectos técnicos-contábeis estão exatas, atendem à legislação em vigor, recebendo parecer favorável, decisão essa acatada por todos. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei a reunião e lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão, Srs. Deputados presentes, e, por mim, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente  
Maria Regina Subtil - Secretária

## ***Comissão de Redação***

### **COMISSÃO DE REDAÇÃO 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Presidente apresentou Ordem do Dia aos Projetos de Lei nºs 189/2004; 054, 079 e 084/2005, as quais foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

### **COMISSÃO DE REDAÇÃO 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada Ata da reunião anterior, passando em seguida para o Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputados Nelson Justus apresentou Redação Final aos Projetos de Lei nºs 032/2005, 033/2005 e 046/2005 e 101/2005, os quais foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária